

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

Ciência e Arte como saberes e saberes como arte e ciência: a natureza dos conhecimentos descolonizados

Marcos Antônio Bessa-Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6491>

Submetido em: 2023-07-21

Postado em: 2023-07-25 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Ciência e Arte como saberes e saberes como arte e ciência: a natureza dos conhecimentos descolonizados¹²³

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio

Email: marcosbessa@uems.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4783-7903>⁴

RESUMO

A produção de saber embruteceu-se com a Ciência do século XVI ao abandonar os conhecimentos que não seriam mais considerados saberes como a Ciência; ciência como invenção Moderna. Igualmente, as produções artístico-culturais enrijecem, causa da Ciência: no Renascimento o artista desacreditado como cientista é tratado como conhecedor de um saber-corpo da técnica plástica não da razão-Ciência Moderna. Então, mais do que se imagina, Ciência e Arte sempre estiveram ligadas como conhecimentos. Entretanto, essa cisão entre conhecimentos/saberes igual Ciência, acarretando desacordos entre saber da Ciência e saber da Arte, saber do Corpo e saber da Razão, provoca binarismos nas culturas posteriores no Ocidente e até sobre o Oriente. Pensando daí, por meio do pensamento descolonizado, ressaltarei que para embrutecer a Ciência Moderna não precisa mais emburrecer saberes *outros*, discutindo, a partir das artes, perspectivas sobre Ciência e Arte como saberes e Saberes como arte e ciência nos diferentes Conhecimentos de Áreas.

¹ Este texto está vinculado a um Projeto de Pesquisa intitulado “PRÁTICAS CULTURAIS LATINO-FRONTIARIAS: ARTES DE “PAISAGENS”, SILÊNCIOS E APAGAMENTOS EM CENA NA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE”, cadastrado na Divisão de Pesquisa/ PROPP/UEMS, sob o protocolo 277652.1602.1343.05012022, e é vinculado ao Grupo de Pesquisa **NAV(r)E** – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – UEMS/CNPq.

² Uma primeira versão deste texto foi preparada para ser apresentada como palestra de encerramento do “I Encontro de Ensino de Ciências e Educação Ambiental”, evento realizado pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, ocorrido durante os dias 09, 10 e 11 de novembro de 2022.

³ Da minha perspectiva, esta discussão não contempla exclusivamente o campo investigativo (pesquisa em si) da Arte ou da Ciência. Mas, de modo mais amplo, compreendo esta discussão situada igualmente em importância nas práticas do fazer artístico, assim como tem enorme relevância nas práticas docentes da Arte como área do conhecimento: esta ainda que desconsiderada em relação às demais áreas, por exemplo, nas escolas. Estou fazendo saber isto porque a manutenção ou não da Arte na escola ainda passa pela importância desta como Área do Conhecimento, ao menos para nós sujeitos da Arte, como “conteúdo” necessário à formação crítica da sociedade escolar para que se tornem sujeitos sociais críticos. Igualmente no universo da prática artística a importância desta discussão centra-se na lógica de que o fazer arte é um ato também de produção de conhecimentos; seja no corpo ou seja por meio de materiais artísticos, a arte ocupa um lugar de saber que se centra também no “como” fazer e “para” quem fazer e, igualmente, “a fim de” o que fazer.

⁴ Pós-doutor em Estudos de Linguagens pela FAALC-UFMS, Doutor em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor dos Cursos de Artes Cênicas, Dança, Teatro e do Programa de Mestrado Profissional em Educação – PROFEDUC – da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Coordenador do NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – CNPq-UEMS. Email: marcosbessa@uems.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7724599673552418>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4783-7903>.

Palavras-chave: Arte. Ciência. Descolonialidade.

Science and Art as knowledges and knowledges as art and science: the nature of decolonized knowledges

ABSTRACT

The production of knowledge became coarsened with the Science of the 16th century by abandoning knowledge that would no longer be considered knowledge like Science; science as a Modern invention. Likewise, artistic-cultural productions stiffen, because of Science: in the Renaissance the artist discredited as a scientist is treated as a connoisseur of a knowledge-body of plastic technique not of reason-Modern Science. So, more than one imagines, Science and Art have always been linked as knowledge. However, this split between knowledge/know equal Science, causing disagreements between knowledge of Science and knowledge of Art, knowledge of the Body and knowledge of Reason, causes binarisms in later cultures in the West and even on the East. Thinking from there, through decolonized thinking, I will emphasize that to dumb down Modern Science no longer needs to dumb down other knowledges, discussing, from the arts, perspectives on Science and Art as knowledges and Knowledges as art and science in the different Knowledge of Areas.

Keywords: Art. Science. Decoloniality.

La ciencia y el arte como saberes y los saberes como arte y ciencia: la naturaleza de los saberes descolonizados

RESUMEN

La producción de conocimiento se anquilosó a causa de la ciencia del siglo XVI al abandonar los saberes que ya no se considerarían conocimientos como la ciencia; la ciencia como invento moderno. Del mismo modo, las producciones artístico-culturales se anquilosaron a causa de la Ciencia: en el Renacimiento, el artista, desacreditado como científico, fue tratado como conocedor de un saber-cuerpo de técnica plástica, no de razón-Ciencia moderna. Así pues, más de lo que pensamos, la Ciencia y el Arte siempre han estado ligados como conocimiento. Sin embargo, esta escisión entre conocimientos/saber igual a Ciencia, provocando desencuentros entre saber de la Ciencia y saber del Arte, saber del Cuerpo y saber de la Razón, provoca binarismos en culturas posteriores en Occidente e incluso en Oriente. Pensando desde ahí, a través del pensamiento descolonizado, señalaré que para atontar la Ciencia Moderna ya no es necesario atontar otros saberes, discutiendo, desde las artes, perspectivas sobre la Ciencia y el Arte como saberes y los Saberes como arte y ciencia en las diferentes Áreas de Conocimiento.

Palabras clave: Arte. Ciencia. Decolonialidad.

INTRODUÇÃO – Pontos caros à Descolonialidade Epistêmica

“Pensar descolonialmente significa desatrelar-se dos pressupostos da epistemologia moderna baseados na diferença entre sujeito cognoscente e objeto a conhecer. Quando, nas propostas de tese se lê “meu objeto de estudo é X” e “meu método é Z”, sabemos que estamos em plena colonialidade do saber. Mas, sem dúvida, é mais do que isto” (MIGNOLO *in* LORCA, 2014, p. 3).

Para mediar minha conversa, duas questões serão fundamentais aqui para direcionar a discussão que pretendo fazer acerca da ideia de Saber Científico e Saber Artístico – vou grafá-los assim com iniciais maiúsculas a fim de fazer aproximações mais íntimas entre ambos descolonizando o saber (como ressaltou o texto da epígrafe) acerca de ambos os saberes na atualidade – para evidenciar como um pode corroborar o engrandecimento do outro nas diferentes áreas do conhecimento.⁵ A primeira questão estará acerca do **processo de colonização sociocultural**. Já a segunda, desencadeada pela primeira, será a **disciplinaridade das áreas dos conhecimentos** que evidencia a separação entre saberes, não somente esses, para manter-se distante e dominante.

Não poderia ser diferente, essas duas questões anteriores desmistificam uma série de outros pontos que deverão ser aqui abordados para fazer evidenciar a extrema necessidade de nós, sujeitos vinculados à academia, **voltarmos a reconhecer os saberes diferentes da ciência como correlatos entre si**.⁶ Evidentemente, uma dessas outras questões que se evidenciam é que não estarei tratando nesta conversa, ou forçando relacionar, Arte e Ciência como ciências edificadas pelo pensamento hegemônico moderno europeu no qual reconhece a Arte como fazer para um “entretenimento” estético específico e a Ciência exclusivamente baseada no saber laboratorial disciplinar.⁷

Ao não priorizar esta perspectiva dual concorrente, evidencia-se primeiro a necessidade de compreendermos Arte e Ciência – também os grafarei, por ora, com iniciais maiúsculas para aproximar minhas questões melhor – para além de como essas foram edificadas pelo pensamento hegemônico que

⁵ Como afirmado na epígrafe, a colonialidade do saber impede a observância das artes e da ciência como áreas de saberes específicos e, por isso, diferentes, mas não concorrentes.

⁶ Estou propondo esta discussão para este lugar, a academia, exatamente porque são nas universidades que defendemos a necessidade da instituição de saberes diferente dos conhecimentos empíricos às sociedades. Entretanto, minha proposição em pensá-los como diferentes não estará em ressaltar a concorrência entre saberes.

⁷ É curioso que, por mais boa vontade que tenhamos em relação a uma possível não superioridade e/ou inferioridade na relação entre uma e outra – arte e ciência – é tão problemática tal questão que não conseguimos circunstanciar, por exemplo, em que medida a arte é saber para além da História da Arte ocidental. Quase sempre apreendemos nosso discurso de que arte é conhecimento porque narra a história de uma determinada cultura. Do mesmo modo, ressaltamos a importância da arte em detrimento da Ciência afirmando que a arte trata de um conhecimento diferente daquela: mas qual é o conhecimento que, para nós, sujeitos da arte, é tão fundamental à sociedade – que a Ciência não contempla – e ainda assim não sabemos explicá-lo a ponto de definir para a sociedade a nossa importância para ela (a sociedade) da Arte, às vezes, até em detrimento da Ciência?

desconsiderou, para tanto, artes e ciências de culturas não hegemônicas espalhadas pelo Ocidente e também do Oriente (agora grafo arte e ciência em minúsculos; ainda para manter as aproximações, mas sem reduções, apenas como título de igualdade de um ato reflexivo).

Portanto, minha conversa estará situada, a partir de um pensamento descolonizado, que considera as artes e as ciências (agora deixo de tratar como dicotomia ciências e saberes para não estabelecer separações) das culturas diferentes (às europeias/estadunidenses) como conhecimentos que se diferenciam das Ciências disciplinares modernas (das Áreas dos Conhecimentos Universitários, por exemplo) porque estão baseadas em lógicas *outras* de produção, conhecimento, saber, ser, reconhecimento, ter, pertencimento, sensação, todos, pois, que se consideram na lógica do *fazer-sendo* para *pensar-não-sendo* europeu (BESSA-OLIVEIRA, 2021) suas práticas de produção de arte, cultura e conhecimentos.⁸

Nesse tocante, evidencia-se, como mais uma das questões expostas para a conversa, a fundamental importância de reconhecermos, nas pesquisas acadêmicas, por exemplo, de todas as áreas do conhecimento, **se estivermos a fim de fazer a diferença**, entre muitos outros aspectos, os corpos, lugares, histórias, narrativas, tempos, memórias, experiências, vivências, igualmente, saberes, ciências, filosofias, pedagogias e línguas *outras* das culturas diferentes.⁹ Evidentemente, estou argumentando a necessidade de compreendermos, por exemplo, a descolonização do nosso pensamento/subjetividade – *aprender a desaprender para reaprender* e fazer de outro modo (MIGNOLO, 2003) – como condição necessária para vincularmos **“Ciência e Arte como saberes e Saberes como arte e ciência”** como grafiei no título desta reflexão. E mais, para além de uma naturalidade forçada, mas pelas suas **lógicas de Natureza** das coisas. Reforço: sem forçar nada que desqualifique o reconhecido Saber Científico disciplinar e menos ainda ressaltar agora a Arte como Saber de Ciência disciplinada.¹⁰

Saliento a não inversão do pensar por que a proposição do pensamento descolonial – ou pensamento descolonizado como já promulgo – não é impor-se em substituição aos pensamentos europeu-estadunidenses fenomenológico e marxista, universal e globalizante como se fosse uma “outra nova abstração” dos

⁸ Sem situar este como um lugar/maneira outro/outra de pensar, em nada faz sentido esta discussão. Pois, sem querer propor uma a superação da outra ou uma a insistência de superioridade em relação à outra, só é possível pensar que Arte e Ciência são saberes e fazeres diferentes se pensadas a partir de uma lógica que desbinariza o próprio ato de pensar: de pensar não-sendo (ser-um outro que não o é o mesmo que aquele) para pensar-sendo (ser-um que foi tornado outro por aquele, mas que tem consciência do seu ato de Ser).

⁹ É evidente que elenquei apenas alguns dos preceitos necessários para compreendermos a existência de outros aspectos quando falamos, por exemplo, de culturas diferentes. Assim, tudo que sabemos sobre a nossa lógica de cultura ocidental de descendência europeia, precisaríamos saber, igualmente, sobre culturas que não têm a hereditariedade circunscrita à exclusividade branca do europeu.

¹⁰ No decorrer desta exposição ficará evidente para vocês porque falo de Natureza das coisas em contraposição à naturalização e/ou naturalidade, menos ainda à neutralidade com que lidamos com as coisas.

mundos diferentes (MIGNOLO, 2017) para fazer-se colonial. Do mesmo modo não se trata de *assimilar-se* (MIGNOLO, 2017), tornar-se semelhante à, para assim nascer, crescer, trabalhar para **ter** e **sobreviver** aos sistemas imperantes do universalismo fenomenológico europeu ou capitalista marxista globalizante estadunidense. Igualmente, o pensamento descolonizado é também uma *terceira via* que se coloca contrária ainda às ideias/ideais das vertentes mais “contemporâneas” de um e de outro (universal/global, fenomenológico/marxista): a *biopolítica* focaultiana e/ou o neocapitalismo globalizante.¹¹

Por último, para evidenciar esta conversa como uma tratativa não somente importante, mas pertinente, especialmente aos nossos lugares (acadêmicos, dadas as condições aqui) das diferenças coloniais – lugares alijados às exterioridades como lugares marginais e fronteiriços aos pensamentos e projetos hegemônicos e homogeneizantes (europeu/estadunidense, fenomenológico/marxista) – a última questão que ressaltarei é pensar uma tratativa de **Ciência e Arte como saberes e Saberes como arte e ciência a partir de lugares que habitam/vivem a fronteira como lugar epistemológico**. Quer dizer, lugar que compreende a possibilidade de *re-existência* aos sistemas dominantes coloniais e de colonialidades – acadêmico, artístico, político, econômico, social e cultural, entre outros sistemas – com corpos que nascem, crescem, trabalham para **ser** e para **conviver** entre os diferentes.¹²

NATUREZA, e não naturalização (nem neutralização¹³) do Pensamento Descolonial

“Reaprender, por certo, não está em continuar apreendendo e reproduzindo aqueles padrões estabelecidos de arte, cultura, conhecimento, direito, democracia, entre outras coisas, que foram forjados

¹¹ A temporalidade do termo contemporâneo está sendo discutida por mim em outra situação. Então, por isso grafo aqui, o tempo todo, o “contemporâneo” e seus adjetivos entre aspas. Justifico porque estou preferindo falar, ao referir ao nosso tempo, usando o termo atualidade e suas flexões gramaticais.

¹² Quer dizer: a descolonialidade é um pensamento que não quer a manutenção das linearidades impostas ao contexto ocidental e oriental a partir de centros hegemônicos do saber e do poder como condição de ser. Mas, igualmente, a descolonialidade não é a destituição do mundo aí posto, como pensam alguns de pensamento cartesiano-cristão-disciplinado, evidenciando um mundo agora descolonial como se o fosse desorganizado, por exemplo. Veremos, a partir desta minha exposição, que a descolonialidade se coloca – não se impõem a quem não queira – como uma terceira via de pensamento para mundos que viveram a colonização e vivem as colonialidades para se importam com a condição como situação para Ser.

¹³ Esta questão da neutralidade do pensamento não está diretamente associada à linguagem neutra, por exemplo, em franca evidência na cultura atual (que aqui agora até poderia ser nominada de cultura contemporânea porque esta dá sentido a muitas coisas lineares), mas, esta neutralidade, também o poderia estar vinculada a lógica da linguagem neutra. Haja vista que a neutralidade da subjetividade/identidade, em muito, ao longo da história ocidental, não garantiu lugar de existência para muitos nem mesmo por meio da lógica de resistência aos padrões e, da minha ótica, corre-se o risco de não dá condição de *re-existência* como premissa do que seja o pensamento descolonial para as diferenças.

na colonização do planeta, que colonizou o corpo, a consciência e continuam reforçando e forçando passagem para manutenção em diferentes situações ainda hoje através de pedagogias como ciência de determinado conhecimento a ser aprendido e acumulado por transmissão. Aprender a desaprender, assim, é reconhecer-se diferente colonialmente: não é ver-se colonizador, caso do brasileiro que aprende assim até hoje” (BESSA-OLIVEIRA, 2019, p. 67-68).

Penso que para a perspectiva de alguns de nós, uma discussão sobre Ciência poderia ter como orador qualquer outra pessoa que não fosse, considerando nossa construção histórico-sociocultural latino-americana colonizada, um artista visual. Ainda que de formação acadêmico-disciplinar extremamente formal como foi o meu caso no curso de Artes Visuais da UFMS na turma de 2006 formada em 2009. Neste contexto, bem ou mal, ainda que não sendo por maldades, para essas pessoas far-se-ia mais contundente um físico, um químico, um biólogo ou outro sujeito formado em áreas mais científicas (duras) estar aqui proferindo uma reflexão sobre ciência.

Mas preciso confessar-lhes que, mesmo tendo Eu este pensamento descolonizado sobre o mundo, me assusto, às vezes, quando sou convocado a falar *a partir* deste que é o lugar em que **penso-sendo** questões *do* mundo e *para* o mundo e ainda *sobre* o mundo para quem somente se é e o reconhece-se como sendo colonial provido à ciência também dura. Portanto, posso dizer a todos vocês que estamos vivendo uma surpresa para ambos. Mas, no meu caso, confesso, posso afirmar com total convicção, que é uma enorme e grata surpresa, com satisfação, saber que espaços naturalizados como coloniais estão desnaturalizando-se para descolonizarem-se ainda que tímida e tardiamente. Logo, há uma esperança da descolonialidade que acerca meu coração inclusive em relação aos lugares e pessoas que tentaram, na universidade, o tempo todo, me conduzirem aos lugares do colonialismo e da colonialidade como únicas opções.¹⁴

Desde que fomos, supostamente descobertos, acerca dos idos anos de 1500, somos tratados como sujeitos que não produziam/produzem arte, não éramos/somos cultura e não tínhamos/temos conhecimentos e, somente por isso (que não foi pouco), fomos tornados sujeitos bárbaros que deveriam ser colonizados simplesmente pelo fato de que a colonização supostamente trazia à época a modernização pelo avanço e participação – muito de maneira suposta – às artes, às características culturais e aos conhecimentos científicos produzidos pelos europeus. Essa foi a chave do colonialismo histórico europeu

¹⁴ A universidade vive o seu maior dilema: pensando ser plural tem no seu corpo docente, quase na maioria, foco de atuação unilateral que prima pela tradição de tudo e em relação à produção de arte, cultura e conhecimentos. Até mesmo quando diz reconhecer as artes, culturas e conhecimentos produzidos por diferentes, o faz a partir de repertórios teórico-críticos que estão afundados no projeto e pensamento moderno euro-estadunidense. Logo, continua sendo o espaço de encarceramento das diferenças ao projeto de assemelhamento que anula, aniquila e desconsidera outras rotas de existência para sobressair-se.

e, pasmem, continua sendo a ancora das colonialidades colocadas ainda atualmente pelo projeto de globalização estadunidense. Mas sobre elas, as colonialidades dos poderes atuais, volto nelas mais tarde de modo mais específico, mas também faço algumas abordagens delas ao longo do texto porque estas (colonialidades) não se constituem e não se mantêm em evidência sem a outra (modernidade/colonialismo). Por ora, detenhamo-nos à questão do “en-cobrimento”, como já dissera Enrique Dussel no livro “**1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**” ao afirmar que:

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento” da Modernidade; embora sua gestação – como o feto – leve um tempo de crescimento intra-uterino. A modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e **controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade**. De qualquer maneira, **esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” com o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre**. De maneira que **1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não-europeu** (1993, p. 8, grifos meus).

Logo, dando ênfase aos pontos que demarquei na citação antes feita, ressalto que a ideia de modernidade, portanto, acarretada pela colonização está diretamente relacionada à controle (ou modernizar-se, ou ainda moderno, como **não** reconhecemos hoje esses conceitos – haja vista que continuamos reforçando na atualidade a ideia de que toda e qualquer coisa para ser boa deve ser moderno), evidencia vencer o outro por meio de violências diferentes em relação aos corpos dos sujeitos não-europeus: Nós. Do mesmo modo, baseados na lógica que perdura até hoje – o ego europeu faz com que sintamos ainda atualmente a necessidade de parecer/ter/ser àqueles (europeus) – que colonizou nossa alteridade/subjetividade com a noção de modernidade, sua conquista traria a ideia/sensação de que salva para/nós os bárbaros.

Por último, dadas as ênfases, nós, os latinos conquistados “descobertos”, nunca fomos sequer tratados como outros povos, outras culturas ou produtores de outras artes e outros conhecimentos (dando ênfase ao outro) diferentes, porque, na verdade, fomos en-cobertos ou tivemos nossas subjetividades/alteridades en-cobertas/controladas para reforçar a conquista europeia re-forçando que fossemos continuação do que estava sendo-nos imposto: ser o si-mesmo; “europeus” por sermos bárbaros latinos colonizados/conquistados/apagados. Neste ponto, portanto, cabe uma indagação a vocês meus contemporâneos: nos caberia hoje pensar/praticar alguma outra noção de conhecimento, especialmente nas academias de qualquer natureza científica, que não fosse a noção de ciência moderna que salva o corpo-barbarizado?

E agora, tendo em mente esta minha pergunta, não nos caberia pensar em arte e ciência como saberes iguais e nem o contrário: em saberes diferentes como ciência ou arte. Pois, tendo em vista ainda a passagem de Enrique Dussel, a ideia não foi em instituir outros sujeitos (subjetividades/alteridades) (artes, culturas e conhecimentos)¹⁵ como Outro.¹⁶ Não fomos des-cobertos com a intenção de sermos colocados como sequer iguais, menos ainda como diferentes que poderiam ser confrontados ou posto em confrontos aos padrões de arte, cultura e conhecimento europeus. Não fomos vistos como diferentes a não ser como bárbaros desprovidos de conhecimentos, de corpos, de artes, de culturas e de produtores de conhecimentos. Tendo em vista que a ideia era e ainda é fazer re-produzir em nós (em nossas subjetividades/alteridades) o reflexo do que aqueles eram para continuarmos, como fazemos ainda hoje, defendendo a premissa de que tínhamos/temos que ser como eles.¹⁷

Mais uma pergunta para des-nortear nossos Suls: como, portanto, podemos produzir arte, cultura e conhecimentos **a partir** da fronteira como lugar epistêmico se nossas subjetividades/alteridades estão sob-controle da modernidade como única premissa de sobrevivência? A princípio, para contemplar estas questões, a primeira premissa é que consigamos compreender a ideia de **convivência** contrária à lógica vigente de sobrevivência. Pois, como mostrado, desde o projeto de colonização – universalização-modernização (1500) – e com o projeto de colonialidades – colonialidade-globalização-modernidade – percebemos que ambos tratam de sobrevivência: nascer, crescer, estudar para trabalhar, para conquistar e ter e assim sobreviver em concorrência com aquele ou aquela que se colocam como seus diferentes porque são vistos como concorrentes enquanto você busca ser e ter aspectos do que é e quem definiu que você deve ser semelhante. Logo: de (gênero) masculino/mulher; (raça) branco/branca; (classe) rico/rica; (fé) cristão/cristã; (língua) falante de línguas oficiais – inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e português –; (ciência) dominador/dominadora de um conhecimento específico: disciplinar/disciplinado.

¹⁵ Por favor, todas as vezes em que me referir a “arte, cultura e conhecimento”, mesmo no plural, reconheçam como um tratamento dado às manifestações de culturas que não são europeias e/ou estadunidenses pensadas a partir das ideias de universalização e/ou globalização do planeta para a instituição de quaisquer sistemas de arte, cultura e de produção de conhecimentos. Portanto, os termos “arte, cultura, conhecimento” englobam todas e quaisquer manifestações socioculturais das culturas das diferenças, das exterioridades, fronteiriças em relação aos projetos de universalização (europeu) e/ou de globalização (estadunidense): **inclusive e principalmente em relação à pesquisa, produção e pedagogia** ou, como digo, no caso de **ser-artista, ser-professor, ser-pesquisador**.

¹⁶ A distinção nas grafias de outro e Outro quer evidenciar que fomos e somos reconhecidos como meros outros forjados pelos europeus (índios, pretos, corpos não produtores de artes, culturas e, pior, sem conhecimentos), ao contrário da condição que nos devia ser dada de Outros como produtores de artes, culturas e conhecimentos outros iguais, nas suas especificidades, a quaisquer outros artes, culturas e conhecimentos europeus, estadunidenses ou não.

¹⁷ Insisto nesta ideia de colonização de nossas subjetividades/alteridades considerando que aprendemos a repetir e a descreditar/desconsiderar nossas próprias alteridades – que faz desconhecer outra possibilidade de subjetividade para além da que temos (imitação de europeus/estadunidenses) – como possíveis.

Nas artes, enquanto hoje Área de conhecimento, discutimos a Idade Média como um período das trevas considerando o que viria à *posteriori*: o Renascimento. Evidentemente estamos, desde sempre, falando de uma perspectiva que leva em consideração a produção artística mundial a partir do ponto de vista europeu colocado como padrão para o mundo ocidental. Uma lógica construtivista que tem na Pré-história o ponto de partida até as Civilizações selecionadas, “findada” pelo nascimento do Salvador no ano 1 até, daí em diante, anulando o período da chamada “Idade das Trevas” – situada na idade média, período de controle da Igreja Cristã sobre as demais políticas que ressaltava a salvação da alma em detrimento do castigo ao corpo – tendo no Renascimento/Iluminismo a renascença da esperança pelo atributo da modernidade/modernização:

A modernidade está na Renascença e no Iluminismo. Na constituição dos grandes Estados Modernos ela se manifesta através das esperanças de ampliação das riquezas, pertencentes às viagens que se apropriaram de continentes, **expropriando culturas e forjando classificações do humano, inventando o selvagem e a natureza, definindo exterioridades e inferioridades**. Ela se expressa através da economia moderna, atravessa *oceanos de grandes navegações*, carregando velhos mundos na **expectativa contraditória da edificação de mundos novos**. Continentes são atravessados e riscados, assim como rotas oceânicas são desenhadas (HISSA, 2008, p. 15-16, grifos meus).

Portanto, se, como mostrou Enrique Dussel, a Idade Média era contrária a ideia de *modernidade* que se originou *nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade* exclusivamente porque o Cristianismo fez-se evidenciar o nascimento do Salvador que castigaria corpos não padrões dentro da lógica da Igreja: um salvador punitivo. Logicamente oposto, o Renascimento nasce como o *tempo da razão* – também reforçado e sendo ancorado pela filosofia católico-cristã – em que o corpo é absurdamente desvinculado de tempo e espaço (história e geografia) para ter o reforço de que apenas um pensamento histórico-temporal (europeu) e substanciado em padrões exclusivos (gênero, raça, classe, mas também de fé, língua e conhecimento) pudesse ser universalizado como única forma de produção de arte, cultura e conhecimento inclusive para as culturas que, a partir dali, passaram a ser “des-cobertas” por meio da colonização.¹⁸

Então, naquele momento, em pleno século XVI, para além da ideia de modernização/modernidade como atributos da colonização – lembrando,

¹⁸ Evidentemente não somente o corpo foi castigado na construção da história da Europa como história universal. Mas, me é muito certo que são os corpos, tanto os europeus como os não-europeus (mais esses últimos, claro) que foram descreditados da existência de ser-corpo se não estivessem sustentados pela lógica cristã. Do mesmo modo, os diferentes lugares geográficos foram esvaziados de significados vários. Mas, é certo também que as produções narrativas (os fazeres artísticos) foram desvinculados de corpos e geografias quaisquer para serem tornadas universais a fim de sustentar a arquitetura do projeto de modernização/salvação dos bárbaros mundo a fora. Ao certo, por fim, que essas fossem emergentes a partir do corpo, lugar e como narrativas de histórias contadas/forjadas pelos europeus.

respingados também ainda hoje na globalização/modernismo como colonialidades – somos subjugados (subjetividades/alteridades) à capacidade ou não, em nosso caso, da produção de conhecimentos como atributo da suposta convicção da condição de razão dos corpos. Quer dizer: se primeiro fomos ou deveríamos nos ver como salvos pela noção de modernidade/modernização pelo processo de colonização. Imediatamente também a produção da ciência moderna cartesiana – *penso, logo existo* – desvincula qualquer possibilidade que poderíamos vir a ter de *pensar a partir de onde existo* (NOLASCO, 2018). Portanto, a nossa primeira constatação: se o projeto moderno europeu, continuado pelo projeto pós-moderno estadunidense nos restringiram a capacidade de pensar por que não somos europeus. Contrariando essas ideias, o projeto de descolonização em que estamos absurdamente condicionados/situados por naturalização/neutralização – por mais que não queiramos – nos garante a possibilidade NATURAL de pensar-sendo exclusivamente porque não somos aqueles (europeus/estadunidenses).

A modernidade é o tempo que, experimentado em diversas territorialidades, se expressa como o *tempo da razão*. **Mas a razão não haveria de recobrir todos os tempos e territórios de humanidades?** A resposta à questão é feita de determinadas prevalências: razão, mais do que razões; éticas racionais ocidentais, mais do que a *ética prática*; razões que mais esvaziam o humano de humanidade. **A modernidade aspira a uma razão unívoca, como se não houvesse razões diversas, tornando invisível e deslegitimada toda e qualquer razão [outra];** ambas, portanto, produtos da razão unívoca, transformam-se uma em outra: **a monocultura da razão cartesiana e a monocultura do saber científico que se esvazia de sabedoria.** À medida que se despoeva de sabedoria, o conhecimento científico se fortalece de poder através da palavra que deslegitima. A respeito da lógica que deriva da *monocultura do saber e do rigor do saber*. (HISSA, 2008, p. 16, itálicos do autor e grifos meus).

Evidentemente, sem nenhuma discussão, por mais que alguns ou algumas de nós não concordem, a ciência nasce a partir da ideia de supressão de qualquer saber/conhecimentos que a colocasse em dúvida. Por mais que a ciência, como nós a conheçamos hoje, depende de razão comprovada – desprovida de qualquer emoção subjetiva – e que, logo, isso a dá toda e qualquer suposta evidência maior e supostamente melhor sobre qualquer outro conhecimento/saber se reconhecermos como saber apenas a ciência. Quero dizer com isso que, em uma situação em que a ciência é a única lógica construída para evidenciar conhecimentos – já que nossas subjetividades/alteridades desconsideram qualquer outra existência concorrente porque fomos controlados (en-cobertos) para aceitá-la –, torna-se evidentemente impossível desmaterializarmos esse pensamento, na academia, por exemplo, que sustenta a veracidade da ciência como razão única ou *unívoca* de tempo-territorial também único e que, pior ainda, esses anulam todos e quaisquer conhecimentos/saberes (não somente de arte, cultura e conhecimentos), mas também os destemporizam, desterritorializam e, mais

ainda, os(nos) descorporificam todos os sujeitos (Outros) não humanitas/humanidades porque são/somos *anthropos*.

Como funcionam? Suponhamos que pertence à **categoria de *anthropos***, ou seja, **o que na maioria dos debates contemporâneos sobre a alteridade corresponde a categoria de “outro”**. O “outro”, entretanto, **não existe ontologicamente. É uma invenção discursiva** [europeia como já tido antes]. Quem inventou o “outro” senão o “mesmo” no processo de construir-se a si mesmo? Tal invenção é o resultado de um enunciado. **Um enunciado que não nomeia uma entidade existente, mas que a inventa**. O enunciado necessita um (agente) enunciador e uma instituição (não é qualquer um que pode inventar o *anthropos*); **mas para impor o *anthropos* como “o outro” no imaginário coletivo é necessário estar em posição de gerenciar o discurso (verbal ou visual) pelo qual se nomeia e se descreve uma entidade (o *anthropos* ou “o outro”), e conseguir fazer crer que esta existe** [controlar subjetividades/alteridades]. **Hoje a categoria de *anthropos* (“o outro”) vulnera a vida de homens e mulheres de cor, gays e lésbicas, gentes e línguas do mundo não-europeu e não-estadunidense desde a China até o Oriente Médio e desde a Bolívia até Gana** (MIGNOLO, 2017, p. 18, grifos meus).

Imediatamente, direto a isso, fica projetado que a atribuição de um(nós) como produtor de artesanato e não de arte, sendo povos e não culturas e, mais ainda sendo sujeitos dotados apenas de senso comum ou de saberes e não conhecimentos – menos ainda científicos –, faz evidenciar que ser *anthropos* é, para nós latino-americanos, ser sujeitos desprovidos de corpo situado em tempo e lugar específicos que não são aqueles. Pois, vou ser ainda mais perverso conosco, essa condição evidencia que nós brasileiros – mas mais ainda nós sul-mato-grossenses que estamos também, mais ainda, situados geograficamente distantes dos centros até mesmo brasileiros – somos sequer pensados como *anthropos* porque a categoria de outro, na minha perspectiva, não nos contemplaria porque temos a capacidade, inigualável, de repetir e reproduzir o aprendido e por meio da colonização (histórico) e dos processos de colonialidades (contemporâneos) a opressão sobre nossos pares que estão em situação similar ou pior do que as nossas mesmas: nossos objetos de pesquisas, nossos fazeres artísticos, nossas práticas pedagógicas, entre outras coisas são mais ainda inferiorizados.¹⁹

¹⁹ Em uma outra situação bibliográfica, Walter Mignolo sinaliza que o Brasil, na América Latina, é o maior e melhor exemplo do processo de colonização e de desenvolvimento das colonialidades do poder e do saber exatamente por que por aqui reproduzimos mais e melhor os projetos opressores por meio de economias e conhecimentos controladores sobre nossos pares porque nos compreendemos colonizadores e não colonizados. Ambos, nesses casos, as economias e os conhecimentos acabam por colonizar o ser/subjetividade oprimido por meio do controle das riquezas e dos conhecimentos concentrados em/nas mesmas mãos restritas quase que no mesmo período de colonização do Brasil. Este princípio, evidentemente, coloca a economia como o maior sistema de controle – por isso as colonialidades dos poderes – exatamente porque essa controla o sistema social (educacional, cultural, político e social) no qual estamos condicionados: capitalismo/globalismo.

Faço esta última afirmação considerando exatamente o cenário das universidades e academias investigativas em Mato Grosso do Sul. Mas, registra-se, não somos caso isolado no Brasil. Ainda são raros os casos em que as pesquisas acadêmicas, nos Programas de Pós-graduação das diferentes áreas do conhecimento disciplinar/disciplinado, nas diferentes Universidades brasileiras, são desvinculadas das categorias humanitas/exatas/biológicas/agrônomas de realização de pesquisas em que estão circunscritas as categorias de objetos/objetivos/metodologias/desenvolvimento/referências(essas clássicas, diga-se de passagem)/resultados que, sempre, ou quase sempre abstraem corpo/emoção e *sensibilidade/pensamento* e subjetividade *fronteiriços* que vão ser aspectos de uma perspectiva anthropófica de saberes e, portanto, descolonial porque estarão relacionados a corpo, lugar e narrativas – *biogeografias*²⁰ – situados em tempos e lugares múltiplos.

²⁰ “—As *biogeografias*, portanto, têm a ver com trânsitos (deslocamentos, passagens, paragens, passeios, traslados, com fronteiras e limites atravessados e travados cotidianamente, com movimentos, com atravessamentos, com mudanças), sejam eles obrigatórios ou por bem querer, culturais, biográficos, artísticos e sociais entre os muitos lugares, com os objetos e sujeitos desses lugares donos desses objetos e com ou sem os seus pertences maiores. Por isso é que o conceito de *biogeografia* — grafado exatamente como está: *bio* + *geografia* = o primeiro em itálico, para diferenciar-se do conceito da Geografia na composição e no sentido conceitual (Naturezas para Biografias de seres vivos) — não está para o conceito de *biogeografia* da disciplina Geografia. Especialmente porque não se quer contar [enumerar] nada, menos ainda os sujeitos que trasladam essas fronteiras e limites internacionais [geográficos como são no caso de Mato Grosso do Sul] [...]. Apesar da relação direta à Geografia, uma vez que se trata de espaços geográficos como tal, o conceito de *biogeografia* corrobora ainda noções outras de espaços e sujeitos, produções, práticas e culturas [grafias] que se inserem no biosistema, mas estão mais na ordem da biografia cultural [subjetiva] desses indivíduos. A ideia primeira do conceito de *biogeografia* é pensada a partir da condição a que estão sendo impostos [...] [os indivíduos coloniais] [que são levados a situações diversas]. Portanto, o conceito de *biogeografia* quer tratar dessa analogia de perdas e —ganhos das relações do *bios* e do lócus enunciativo (geográficos múltiplos) [dos corpos e lugares] dos sujeitos sírios e africanos primeiramente, mas também o conceito deverá nos servir prioritariamente para pensar os sujeitos que, por qualquer outro motivo ou natureza, (i)(e)migram de suas relações de pertencimentos dos mais diferentes lugares e das suas identidades culturais. Portanto, parecendo retomar velhos paradigmas, mas absolutamente não se ancora exclusivamente em velhas ideias, o conceito de *biogeografias*, para pensar o novo, o já, está para ideia de perder e ganhar, cultural e socialmente, pertencimentos que estão intrínsecos ao *bios* e aos lugares enunciativos dos sujeitos [para que produzam suas grafias/narrativas]. As diversas idas e vindas que estão percorrendo os sujeitos contemporâneos têm muita relação com a ideia discursiva de *biogeografias*. Pois, ao partir-se leva consigo os pertences materiais quando possível, mas os imateriais nunca são abandonados, podem ser esfacelados durante o percurso de transição pelo tempo, mas a memória deles sempre encarrega de fazer voltar. As *biogeografias* são esquecer e lembrar. Passado em todo instante. Mas as *biogeografias* também estão para recomeçar. Presente e futuro. O novo sempre o é da ordem de uma memória por vir a ser construída. Uma memória vivida, não uma memória lembrada ou histórica. Dessa ótica, viver é lembrar, as *biogeografias* lembram, mas vivificam também as vidas, as práticas artísticas, as lembranças, o novo, o instante por vir. Por conseguinte, o conceito de *biogeografia* quer servir para pensar indubitavelmente os —mundos da tríplice fronteira Brasil(Mato Grosso do Sul)/Paraguai/Bolívia; meu próprio espaço *biogeográfico* de onde penso todas estas questões. Um lócus enunciativo que sofre tanto com o acontecimento da diáspora síria e africana, mas com uma trasladação interna entre as fronteiras internacionais e os limites nacionais do estado ainda não coerentemente observadas pelas práticas artísticas, teóricas e pedagógicas das Artes (BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. —*BIOGEOGRAFIAS OCIDENTAIS/ORIENTAIS*: (i)migrações do

Um dos objetivos da opção de[s]colonial é a de nos naturalizarmos em vez de nos modernizar-nos. Quando a sensibilidade/pensamento fronteiriça surgiu, entrou em vigor a opção de[s]colonial; e ao aparecer como opção, revelou que a modernidade (a modernidade periférica, subalterna ou alternativa, ou simplesmente a modernidade) é tão só outra opção e não o desenvolvimento “natural” do tempo. A modernidade e a pós-modernidade são opções, não momentos ontológicos da história universal, assim como são opções as modernidades subalternas, alternativas ou periféricas. Todas elas são opções que negam e tentam impedir o desenvolvimento do pensamento fronteiriço e da opção de[s]colonial (MIGNOLO, 2017, p. 26, grifos meus).

Sem forçar nada, sem modernizarmo-nos, sem pensar numa simples troca de condição para mudar nossa situação na posição em que poderia estar inscrita minha proposta – **Ciência e Arte como saberes e Saberes como arte e ciência: a Natureza dos conhecimentos descolonizados** –, quero lembrar-lhes que estou falando que precisamos reconhecer **nossa natural existência**, *as modernidades subalternas, alternativas ou periféricas* como opções às modernidade europeia e/ou pós-modernidade estadunidense.²¹ Logo, não estou instituindo nada impositivamente e menos ainda o pensamento descolonial como projeto se coloca em oposição simplista às situações e/ou epistemologias instituídas e em práticas nas condições atuais do sistema-mundo ocidental. A ideia não é fazer da descolonialidade como um novo projeto abstrato de universalização em substituição aos projetos moderno/pós-moderno que abstraíram todas as diferenças sociais, culturais, políticas, econômicas, de saberes e educacionais, entre outros, existentes no sistema-mundo alheio ao projeto de ocidentalização/universalização/globalização em prol de si a fim de se manterem únicos.

O projeto da descolonialidade, oposto a isso, nasce contra a abstração e a objetificação (neutralização/neutralidade) das diferenças em prol de uma suposta semelhança/assemelhamento. Primeiro porque a descolonialidade nasce exatamente nos/dos/a partir de contextos em que a abstração e objetificação foram estabelecidos para manutenção dos padrões de raça, classe, gênero, fé, língua e de ciência modernos/pós-modernos como lógicas de colonização e de colonialidades de poderes. A América Latina e vários outros lugares alheios aos projetos globais homogeneizadores/hegemônicos foram os lugares onde esses projetos de controles de corpos foram instituídos por meio do controle das almas. Antes impondo-se como modelo/modernização, depois por meio de cristianização fazendo com que as subjetividades da fé dessas

bios e das epistemologias artísticas no *front*. In: *Cadernos dos Estudos Culturais: Oriente/Ocidente: migrações.*) BESSA-OLIVEIRA; NOLASCO, 2017, p. 897-898).

²¹ *Naturalizarmos* (Mignolo) ou nossa natural existência em nada têm a ver com as ideias de naturalização e/ou neutralidade a que fomos situados/condicionados por meios dos projetos moderno europeu e pós-moderno estadunidense. Exatamente porque os primeiros estão relacionados às nossas subjetividades de conviver e fazer-sendo por meio da existência, diferentemente de antes da colonização que hoje nos impõe re-existir às colonialidades dos poderes para sobreviver às imposições de naturalidade e neutralidade identitárias que nos obrigam esses projetos hegemônicos.

peças fossem controladas no passado defendendo/permanecendo o controle no futuro.

Isso, contrário à ideia de que tais constatações não poderiam ter nenhuma relação com a ciência e/ou a produção de conhecimentos, esta, controle das fés, está diretamente relacionado ao, considerando que até hoje, em pleno século XXI, há, nesses contextos colonizados, pessoas que sequer acreditam na ciência laboratorial: exemplo disso foi a pandemia da COVID-19 (2019-2020) em que, sem nenhuma delonga, ilustrou a maior barbárie entre mortes e vidas, vacinas e contágios, políticas econômicas contra políticas de vida, entre muitas outras “pelejas” que só vieram à tona porque ainda preservavam-se características coloniais – da instituição de um Deus punitivo – na atualidade em contrário à lógica de um Deus que con-vive entre nós. Portanto, é possível dizer ainda que não temos as nossas subjetividades controladas? Do mesmo jeito, pergunto: é possível a conformidade de argumentos que dizem que somos donos das nossas razões em detrimento das políticas que controlam nossas razões e corpos?²²

Considerando que o ponto de origem da descolonialidade foi o Terceiro Mundo com sua diversidade de histórias e de tempos locais, e sendo diferentes países imperiais do Ocidente os que interferiram pela primeira vez nessas histórias locais – já fosse no Tawantinsuyu no século XVI, China no século XIX ou Iraque desde os princípios do século XIX (França e Grã-Bretanha) até os princípios do século XXI (Estados Unidos) –, o pensamento fronteiriço é a singularidade epistêmica de qualquer projeto de[s]colonial. Por quê? Porque a epistemologia fronteiriça é a epistemologia do *anthropos* que não quer se submeter à *humanitas*, ainda que ao mesmo tempo não possa evitá-la. **A descolonialidade e o pensamento/sensibilidade/fazer fronteiriços estão, por conseguinte, estritamente interconectados, ainda que a descolonialidade não possa ser nem cartesiana nem marxista; a descolonialidade emerge da experiência da colonialidade, alheia a Descartes e invisível para Marx** (MIGNOLO, 2017, p. 15-16, grifos meus).

E é desta condição de nascimento do pensamento fronteiriço para a descolonização necessária que emerge, por conseguinte, a noção de “corpopolítica” que vai fazer evidenciar nossa principal questão nesta conversa-reflexiva; quer seja: como perceber outras ciências como saber ou outros saberes como ciência. Fiz agora um trocadilho que foi proposital a fim de levá-los a compreender em que sentido a descolonialidade ou o projeto do pensamento descolonial/descolonizado pode evidenciar **ampliando** as possibilidades investigativas – já que estou aqui situado em um contexto universitário no qual a importância é a pesquisa (mas falo também para a prática como investigação (artística ou não), assim como também falo a partir da

²² Essas duas perguntas têm a ver com a ideia de que se não vivemos sob o controle dos sistemas, a exemplo do Sistema das Artes que estabelece tempo e lugar como predefinidos para a História da Arte, não podemos produzir arte por meio das nossas subjetividades *biogeográficas*, mas, claramente, essas produções devem estar vinculadas às lógicas em defesas pelos Sistemas que fazem prevalecer os artifícios de controles (padrões) sobre as diferenças culturais.

pedagogia como investigação didático-pedagógica-metodológica considerando minha atuação docente-artista-pesquisador). Portanto, a opção (de vida) descolonial não é, em hipótese alguma, concorrente e/ou supressão das epistemologias existentes no sistema universitário investigativo. E lembrando, ainda, que o pensamento fronteiriço descolonial não se restringe, e não deve em hipótese alguma ser restrito, à universidade porque não estamos falando de teorização e/ou teoria (decolonial ou descolonial como virou moda dizer) como aplicáveis aos diferentes contextos investigativos como se fossem o mesmo.²³

Pontos de origem e rotas de dispersão são conceitos chaves para traçar a **geopolítica do conhecimento/sensibilidade/crença**, tanto como a **corpo-política do conhecimento/sensibilidade/entendimento**. Quando Frantz Fanon termina seu *Pele negra, máscaras brancas* com uma prece: *Oh corpo meu, faz de mim, sempre, um homem que se interroge!* (1973, p. 192) expressou, em uma só frase, **as categorias básicas da epistemologia fronteiriça: a percepção bio-gráfica do corpo Negro no Terceiro Mundo**, fundando assim uma **política do conhecimento** que está arraigada assim como o corpo racializado, nas histórias locais marcadas pela colonialidade. Ou seja, um pensamento que faz visível a **geopolítica e corpo-política** de todo pensamento que a teologia cristã e a egologia (e.g. cartesianismo) ocultam. Portanto, se o ponto de origem do **pensamento/sensibilidade e do fazer fronteiriços** é o Terceiro Mundo, e se suas rotas de dispersão se realizaram através de quem migrou do Terceiro para o Primeiro Mundo, então **o ser e o fazer, habitando as fronteiras, criou as condições para ligar a epistemologia fronteiriça com a consciência imigrante e, em consequência, desvinculá-la da epistemologia territorial e imperial baseada nas políticas de conhecimento teológicas (Renascimento) e egológicas (Ilustração)**. Como é bem sabido, **as políticas teo- y ego-lógicas do conhecimento se basearam na supressão tanto da sensibilidade como da localização geo-histórica do corpo**. Foi precisamente essa supressão o que tornou possível que a **teo-política e a geopolítica do conhecimento fossem proclamadas universais** (MIGNOLO, 2017, p. 16-17, grifos do texto e meus).

A situação em que se edificou nas culturas ocidentais o conhecimento e outros aspectos, portanto, esteve acerbada dos padrões coloniais que, nos últimos anos, insistem por meio de colonialidades de poderes – do saber (educação), do ser (corpo subjetivo sob controle, por exemplo) e do sentir (estética moderna/pós-moderna), mas também do fazer, do pensar e até pertencer (este último estou atribuindo às relações grupais/guetizadas que foram criadas para separar ao invés de acolher as diferenças nos diferentes contextos

²³ O pensamento fronteiriço como epistemologia não significa, como quiseram, respectivamente, o projeto moderno europeu, um pensar desconsiderado tendo como única condição estar aliado à fronteira geográfica, e o projeto pós-moderno estadunidense que situa as fronteiras como lugares excluídos de supostos centros ou sob sua dinâmica de organização vivendo no centro como subjugado. O pensamento epistêmico fronteiriço que defende o projeto de descolonialidade é um pensar-fazendo outro que tem como princípio ser, sentir e saber das diferenças coloniais para produzir tudo e qualquer coisa pensando-sendo.

sociais dos últimos anos de 2018 para cá: familiares, amigos, de trabalho, entre comunidades religiosas, etc) – para manterem-se sobre os aspectos de controle dos corpos das diferenças. Nesses últimos momentos do contexto ocidental, tivemos ressaltadas as características mais tradicionais – e tradicional agora com sentido de atraso – para reforçar padrões que há muito tempo haviam sido superados para promoção das liberdades de produção de arte, cultura e conhecimentos por quaisquer corpos.

A insistência, por exemplo, do enorme abismo entre arte e ciência, também reforçado nesses últimos tempos, mas, para não assustar ninguém, entre ciência e saber é reflexo dessa permanência de situação colonial/colonialidades na atualidade.²⁴ Quer dizer, à medida que continuamos a reconhecer a situação local e temporal do conhecimento – Europa moderna e Estados Unidos pós-moderno –, como únicos, evidenciamos a descrença de uma *geopolítica do conhecimento/sensibilidade/crença, tanto como a corpo-política do conhecimento/sensibilidade/entendimento*. Porque, nesse sentido, descorporificamos, como já disse antes, ou fomos descorporeizados de quaisquer outras possibilidades de produções de arte, cultura e conhecimentos dessituados da unilateralidade europeia-estadunidense.²⁵

Tal condição é ainda muito presente nas academias universitárias, por exemplo, por serem os locais de resistência e colonização/colonialidades dos saberes moderno e pós-moderno como únicas alternativas porque defendem, cada vez mais, as relevâncias das áreas do conhecimento, igualmente, desatrelam da possibilidade da ciência igual a saber, exatamente porque desconsideram *as categorias básicas da epistemologia fronteira*: o corpo do pesquisador/pesquisadora; *a percepção bio-gráfica do corpo*, como princípio básico de uma pesquisa que não torna objeto abstrato ou abstraído do seu contexto; e a história do corpo na qual este é também investigação. “Enfim, a universidade e o museu são duas instituições chaves sobre as quais se fundou e se mantém a colonialidade do saber e da subjetividade” (*in* LORCA, 2014, p. 2), já advertiu em entrevista Walter Mignolo, porque ambas as instituições continuam defendendo arquivos mortos (autores clássicos e pinturas craqueladas) únicos como se fossem pré-requisitos do que é considerado arte, cultura e conhecimento em toda e qualquer cultura. Ou dito de outro jeito: porque nenhuma outra cultura é capaz de produzir artes e conhecimentos capazes de

²⁴ Disse aproximação entre ciência e saber, para não assustar ninguém com a ideia de aproximação entre arte e ciência, porque, no próprio âmbito acadêmico, mesmo das Artes, ainda temos quem se assusta quando falo de arte como ciência ou ciência como arte e, pior, quando afirmo que saberes, artes e ciências são das mesmas ordens de criação humana e que têm as mesmas bases criativo-artísticas. E digo isso, neste último caso, levando em consideração que sem um corpo – ou corpos, no plural – não temos arte, não temos ciência e menos ainda teríamos saberes. Logo, o ato criativo de ambos é igualmente interpretação corpórea desses como resultados da relação corpo-Natureza.

²⁵ Esta lógica está diretamente relacionada à noção de en-cobrimento de Enrique Dussel, como já fiz referência aqui, ao afirmar que não tivemos a opção de sermos Outros – grafados assim com inicial maiúscula exatamente para dar o sentido de existência que o outro com minúscula não oferece – pois fomos tornados outros a fim de sermos encobertos para, minimamente, não oferecermos concorrências aos europeus/estadunidenses acerca de produção de arte, cultura e conhecimentos diferentes.

serem por eles, museus e universidades, contemplados como arquivos que devem ser guardados para serem reproduzidos para outras histórias. Mas devem ser armazenados como conteúdos de arquivos mortos que se submeteram aos arquivos histórico-geográficos europeus/estadunidenses.

O que está em jogo aqui, portanto, **não é apenas a “ciência” como conhecimento e prática, mas toda a ideia de ciência no mundo moderno/colonial**; a celebração da ciência na perspectiva da modernidade e a revelação, até há pouco silenciada, da **opressão epistêmica** que, em nome da *modernidade*, foi exercida enquanto forma particular da *colonialidade*. No mundo secularizado da ciência posterior ao século XVIII, **a opressão epistêmica era a nova face da opressão religiosa no mundo sagrado do Cristianismo** durante os séculos XVI e XVII. [...] [há, portanto,] dois momentos fundamentais do imperialismo/colonialismo na Europa. Ou, melhor ainda, o momento original da colonialidade do poder e do conhecimento e a sua rearticulação em meados do século XVIII. **O que quero eu dizer quando falo de colonialidade do poder e colonialidade do saber?** As duas categorias foram introduzidas na língua castelhana da América Latina com vista a dar conta de diferentes aspectos do **diferencial epistêmico colonial** que, **desde o século XVI, preside à crença na superioridade da ciência e do saber ocidentais [...] e na duvidosa racionalidade do conhecimento em línguas que não sejam o grego e o latim ou as suas versões vernáculas (italiano, espanhol, português, francês, alemão e inglês), isto é, as línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental. A “ciência” (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da língua**, as línguas não são meros fenómenos “culturais” em que os povos encontram a sua “identidade”; são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. **E, uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são, a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser** (MIGNOLO, 2004, p. 668-669, itálicos do autor, grifos meus).

Logo, o controle da nossa subjetividade/alteridade como venho reforçando desde o começo desta nossa conversa reflexiva foi, e ainda o é exercido, por meio do controle da nossa crença, até o presente, na ciência moderna como única forma de produção de arte, cultura e conhecimento. Do mesmo modo, é evidente que a instituição das noções de identidades hoje forjadas na relação com um Um que não sou o Eu porque o eu sou reduzido (como sujeito/identidade) em relação ao Outro que é o Mesmo (europeu/estadunidense que forjaram as identidades reduzidas para manterem-se superiores) também corroboram a lógica da colonização do Ser desde a lógica da instituição de Outros como outros. É daí que faço a aproximação entre ambos – arte e ciência ou **Ciência e Arte como saberes e Saberes como arte e ciência** – considerando que o meu pensamento é descolonizado em relação a isso também. Portanto, ainda considero isso porque, igualmente à ideia da língua que não se separa do humano porque ele o é a língua, por conseguinte, não podemos ter separada a língua, a subjetividade/alteridade, o saber/conhecer do

mesmo jeito a produção do conhecimento do corpo ou dos corpos de sujeitos Outros ou Mesmos. Isso, evidentemente, dos corpos do pesquisador e do pesquisado se ainda entendemos a constituição de uma intenção de pesquisa que, supostamente, estivesse alheia ao corpo do pesquisador/pesquisadora.

É por isso, portanto, que ressaltei também desde o começo a necessidade e a fundamental importância de reconhecermos as *biogeografias* para realização das nossas pesquisas acadêmicas, por exemplo. Isso se evidencia como questão para todas as áreas dos conhecimentos, uma vez que estivermos a fim de fazer a diferença com nossas pesquisas sendo realizadas (fazer-sendo) a partir dos contextos epistêmico-fronteiriços e não exercendo *opressão epistêmica*. Logo, é preciso reconhecer os diferentes aspectos outros variados – não como aspectos objetificados/abstratos – que estariam em corpos, lugares, histórias, narrativas, tempos, memórias, experiências, vivências, igualmente, saberes, ciências, filosofias, pedagogias e línguas *outros* das culturas das diferenças coloniais e/ou das colonialidades.

“Será desnecessário dizer que a “colonialidade do ser” não é uma subjectividade que floresça sob condições sociais e económicas para produzir “pensamento científico” e para concentrar “descobertas científicas”” (MIGNOLO, 2004, p. 668), pois, se a entendermos nessa lógica continuísta, *sob-controle* de produção – insistimos na perspectiva de que somente a ciência cartesiana moderna do cogito (*eu conquisto*), ou no máximo seus arranjos pós-modernos (fenomenologia, marxismo, biopolítica, desconstrução, entre outros) em que um eu-permito um outro, são passíveis de produção de saber por que estão sendo aptos a formar os sujeitos para nascer, crescer, estudar, trabalhar e assim ter para sobreviver nas lógicas universais/globais e capitalista e/ou neocapitalista.

Por isso a insistência do pensamento descolonial é que aprendamos a desaprender para reaprender (MIGNOLO, 2003) para fazer de formas outras: nascer, crescer, estudar, trabalhar (também – ninguém está aqui falando de vida boa para alguns em detrimento de muitos) para, assim, ser e poder conviver com as diferenças. É o que nomino de fazer-sendo sempre. O que, evidentemente, não é nem a *colonialidade do ser* ou a *colonialidade do saber* por meio das *colonialidades dos poderes* diferentes (históricos e contemporâneos) presentes nas culturas ocidentais desde sempre. E, certamente, menos o será a colonização/colonialidade das nossas subjetividades/alteridades/consciências porque reconheceremos, nós mesmos, a nossa capacidade de produzir a partir da fronteira como lugar de exterioridade, mas como lugar epistêmico.

Nesse tocante, portanto, vincular-se-á “**Ciência e Arte como saberes e Saberes como arte e ciência**” porque estaremos evidenciando a nossa natureza como e por meio e ainda a partir d’**a Natureza dos conhecimentos descolonizados**” como nossas prerrogativas de produção de arte e conhecimentos das nossas culturas. Por exemplo, das diferentes áreas dos conhecimentos que acercam as instituições oficiais, mas também das que estão fora delas (das instituições). Bem como das culturas indígenas, pretas, não-oficiais, não-binárias, não-formais, não-heteronormativas, as chamadas de

senso comum, as artesanias, entre muitas outras que ocupam as fronteiras como e por obrigação como lugar de exclusão aos sistemas oficiais homogeneizadores/hierárquicos.

O mundo físico é o dos corpos fixos e o dos moventes, recobertos dessa aparente película de variada natureza que os separa, distingue, protege, mostra e dissimula. O mundo físico é uma extensão do mundo dos olhos, do ser. A leitura contrária não altera o significado da imagem teórica: os olhos são extensões do que se vê. Além do limite há sombras do visível, habitam invisibilidades e há imaginações fundamentadas no que se vê. É bem assim o limite. Ele mostra, mas esconde ou dissimula conteúdos de corpos: a sua natureza, substância, história, caráter.

O ambiente é mundo físico de conteúdos híbridos. O ambiente aparente – e há diversos *modos de vê-lo* – é a sua biologia, a sua química e física. No entanto, **no seu hibridismo biológico e físico-químico, o ambiente a ser constituído experimenta uma espécie de tradução: desta sua suposta autônoma e essencial substância, física, biológica, química e estrutural, para o mundo da cultura.** [Esta é a visada que falo de ver a partir dos próprios corpos dos pesquisadores e pesquisadoras os nossos mundos (para não falar em objetos) de pesquisas.] O ambiente é feito dos **olhos do ser**, social, produto da relação entre os homens, processado pela história. **No interior do corpo aparentemente apenas físico do ambiente, a história social se apropria dos demais conteúdos de corpo para que se faça ambiente.** [E não estou aqui reforçando mais, em hipótese alguma, qualquer noção de história acumulativa que não tenha como ponto de partida o próprio corpo investigado e investigativo]. Esse processo manifesta algo que equivale a uma espécie de *dinâmica arquitetural* das formas-conteúdo, que consiste na apropriação ou na incorporação de todas as *superfície-limite* por todos os *espaços de fronteira* que lhes correspondem. Assim, ambiente é fronteira, ainda que seja, inevitavelmente, fronteira e limite (HISSA, 2008, p. 19, itálicos do autor, grifos meus).

Neste sentido, portanto, fica evidenciado que a descolonialidade do pensamento – das subjetividades/alteridades – não nos levaria ao lugar da abstração do mundo – fenomenológico e/ou marxista, por exemplo – para evidenciar-se como mais um projeto homogeneizador hierarquizado, agora, a partir de exterioridades/fronteiras epistêmicas sobre os supostos lugares interiores/centrais da modernidade/pós-modernidade/contemporaneidade coloniais e de colonialidades. Primeiro, especialmente, porque o pensamento descolonial, como já ressaltai, mas cabe reforçar novamente, não é um projeto teórico migrante dos Suls para os Nortes globais – menos ainda o seria, também já foi mostrado, norteadores dos nossos Suls latinos.

Em segundo lugar, também já tratei aqui, a descolonialidade não é uma proposta de que os Suls venham assimilarem-se aos Nortes porque esta é uma condição há muito tempo já colocada pela biopolítica que não nos permitiu ainda ser, saber e sentir para fazermos-sendo. Nesses dois casos, entre continuarmos

sendo submissos – mais ainda, invisíveis pelas óticas modernas de produção de arte, cultura e conhecimentos – como vem nos tratando a colonização/modernidade europeia desde o que Dussel chamou do encobrimento; ou aceitar e continuarmos sendo subjugados aos padrões de arte, cultura e conhecimentos pós-modernos que migram – da Europa ou dos Estados Unidos desde sempre – como definição das nossas ações e reações em relação aos fazeres com arte, ciência, cultura, sociedade, política, democracia, direitos e deveres, etc. É preciso, por meio da descolonização do Ser, aprender a desaprender para reaprender como fazemos a partir de nós mesmos.²⁶

A descolonialidade, portanto, se coloca como uma “terceira opção” que evidencia a necessidade de desaprender e desprendermo-nos das amarras modernas/pós-modernas, universais/globais, institucionais sistêmicas que são abstrações de mundos alheios às suas normatividades, para aprendermos a reaprender fazer-sendo como uma *desobediência* necessária aos Sistemas. Configurações colocadas pel

A grandeza da Conferência de Bandung [que] consistiu precisamente em ter mostrado que a descolonialidade é uma “terceira opção” que não resulta da combinação das existentes, mas consiste em desprender-se delas. **Seu limite estriba em ter-se mantido no domínio do desprendimento político e econômico** (MIGNOLO, 2017, p. 19, grifos meus).

Domínio em que se acercam, políticas e economias estatais, de corpos racializados, marginalizados e excluídos desses sistemas-mundos político e econômico sustentados pelos projetos de universalização/globalização para manterem-se hegemônicos.

Pois bem, a descolonialidade não é um projeto que tenha por objetivo se impor como um novo universal abstrato que substitua e “melhore” a **reocidentalização** e a **desocidentalização**. É uma terceira força que, por uma parte, se desprende de ambos projetos; e por outra, reclama seu papel na hora de construir futuros que não podem ser abandonados nem nas mãos da reocidentalização, nem nos desenhos desocidentalizadores (MIGNOLO, 2017, p. 30, grifos meus).

A descolonização é uma terceira via porque estamos apregoando a descolonização do ser, sentir e saber para fazermos-sendo a partir das nossas exterioridades e fronteiras aos sistemas modernos/pós-modernos de produção de arte, cultura e conhecimentos. Contrário às lógicas estabelecidas de anulação e/ou aceitação do outro como diferença reducionista. Logo, uma via outra de ciência, saberes, artes, artesanias, corpos, línguas, dialetos, fés, crenças, entre outras coisas que estariam desqualificados/desclassificados das categorias raciaalizadas pelo sistema de combinação: rico, branco, homem fálico, cristão,

²⁶ Esses tocantes – nortear nossos Suls, desnorteados por sermos tornados partes daqueles porque fomos supostamente aceitos – evidenciam a lógica de que a descolonização do pensamento não é uma mera prática de teorização de disciplinas universitárias. Do mesmo jeito, não é agora um colecionismo museológico usando da mesma lógica dos museus arquivistas como esses se consagraram desgraçando vidas, artes, culturas e conhecimentos alheios.

línguas oficiais e ciência cartesiana que empurram tudo para as lógicas de trabalhar para ter e somente assim sobreviver.

BREVES, mas algumas considerações sobre pensar-sendo descolonial

“A descolonialidade são os processos de busca de se estar no mundo e fazer nesse estar (kuscheanamente dito), desobedecendo àquilo que a retórica da modernidade e do desenvolvimento quer que sejamos e façamos” (MIGNOLO *in* LORCA, 2014, p. 3).

Retomando à epígrafe que abriu este texto para nossa conversa-reflexiva, faço evidenciar com a postura da nova epígrafe nestas Considerações a “ilustração” da descolonialidade por Walter Mignolo. Especialmente, levo em consideração o nosso contexto acadêmico-disciplinar/disciplinado – docente, pesquisa e prática – na educação para as diferentes áreas do conhecimento. Como disse no início de tudo isso, sendo um artista a falar de arte como ciência ou de ciência como arte, só poderia mesmo estar baseado em uma lógica que desconsidera a ciência restritiva, como também foi apontado por Mignolo, à *conhecimento e prática* como somos levados a perceber e sermos percebidos pelos manuais e disciplinas oficiais das universidades/escolas. Haja vista que o universo acadêmico-disciplinar/disciplina do qual fazemos parte está restrito à mesma ideia de saber científico alheio a *pluri-versalidade epistêmica*, igualmente ressaltada por Walter Mignolo como saberes científicos.

Logicamente, então, tenho argumentado para e sobre isso a partir de um lugar também da exterioridade e fronteiridade – ainda que de dentro da Universidade como lugar universal-unilateral – porque ressalto a relação arte = ciência e ciência = arte ancorado na descolonialidade que além de evidenciar a diferença colonial como modo de compreender o mudo, leva em conta que vivemos *toda uma ideia de ciência no mundo moderno/colonial* como forma de controle do saberes pluri-versais que poderiam acrescentar valor (e muito mais emoção/sensibilidade biográfica) às pesquisas acadêmicas. Emoção aqui, claro, em não sendo aventura simplista. Mas *pensamento/sensibilidade/fazer fronteiriços* que me permite pensar a partir do meu próprio corpo (artista, docente, pesquisador) o meu fazer-sendo. Um a partir de sensibilidades e fronteiridades que situam a possibilidade de compreensão do mundo para além do lugar estruturado nas lógicas europeia e/ou estadunidense: fenomenológica/marxista; universal/global; moderna/modernista. Igualmente, ser/tempo; materialismo/capitalismo; para propor uma lógica outra de diferença baseada na racialização do mundo (QUIJANO, 2010)). Do mesmo jeito, nem *ontológica e epistêmica* como demarcações de diferenças assentadas em tempo e lugar, ciência e razão. Pois, estou ressaltando um *conhecimento/sensibilidade/crença* fronteiriços, como asseverou Edgar Nolasco (2018), por uma razão que não é a moderna ocidental, “Advirto que também não

se trata de uma mera desrazão, ou (des)razão, mas antes, e pelo contrário, simplesmente de uma razão outra” (p. 11).

Nos últimos dias, de um bem pouco tempo para cá, tenho sido cobrado bem mais sobre a descolonialidade como se esta opção de vida de pensar e viver o mundo, imposta como condição pela colonização (século XVI) e hoje pelas diferentes colonialidades, me impedisse de ter carro, de me vestir, ter uma casa decente e até de poder consumir as coisas do capitalismo ou mesmo de viver coisas que a história hegemônica mais tradicional nos apresentou como única condição/opção de vida para existir. Esse questionamento, cada vez mais, tem se feito presente no âmbito acadêmico-disciplinar/disciplinado professoral, mas é ocorrência agora até mesmo na vida pessoal em relação às pessoas que me conhecem. Como se de uma hora para outra eu tivesse que passar a viver sem as supostas benesses do Ocidente, simplesmente porque as critico.

Ora, sobre isso lhes pergunto: os indígenas foram vestidos, empurrados para dentro desse mundo cão do branco, agora basta querermos que eles voltassem a ficar nus ou que retomem à comunicação por meio de sinal de fumaça para fingirmos que o sistema é inevitável? Não exista a lógica de ser descolonizado ou não colonizado sem a colonização. Ou, os negros africanos foram escravizados, e não foram por mim, tornados indivíduos inferiores especialmente por causa da cor da pele, mas outras características suas fizeram deles objetos de escravidão e sexual até hoje, e nós agora vamos não dizer isso porque eles são cotistas, são amparados por leis que achamos darem conta da dívida do branco para com aqueles? Miséria porca e pouca são bobagens. Igualmente, se alguém diz ser não-colonizado ou descolonizado vivendo sob as amarras da colonização histórica ou das colonialidades dos poderes pós-modernos e contemporâneos, sem consciência desses, está simplesmente cometendo o maior dos equívocos. Ao certo, portanto, é preciso saber que falar/escrever em quaisquer uma das línguas oficiais originárias do grego ou do latim (inglês, francês, espanhol, italiano, alemão e o português lusitano) já faz de nós sujeitos colonizados ou no máximo ex-colonizados.

A grande diferença aqui é que a sistematização epistemológica a partir da descolonialidade passa pelas diferenças coloniais. Não é possível pensar tudo isso com o corpo vivendo pleno a colonização e/ou a colonialidade. Mas também não é possível pensar achando que se vive fora dessas. Há que se fazer um esforço para *se-ver-si* subjugado alteridade/subjetividade. Logo, pensar nossa existência (ou existidura como sugeriu Manoel de Barros) a partir da não-colonização do pensamento é condição impossível para nós povos colonizados. Nosso pensamento é colonizado por imposição naturalizada. Mas essa não é a razão para buscar descontinuidade de processos organizacionais sociais que a sistemática moderna nos impõe pensando, assim, que é ser descolonial. Descolonizar-nos é uma estratégia outra.

Todas as vezes que somos questionados e temos que responder, até para nós mesmos quando nos questionamos, e como resolver as coisas em relação às “invenções benéficas” feitas pela ciência reconhecida moderna? Como se o

meu pensamento descolonizado estivesse agora propondo abrir mão e descartar toda essa invenção científica até do próprio conceito de ciência: o que não é o caso, já disse. Mas advirto: precisamos pensar que aqueles foram construídos para matar, controlar, colonizar e aniquilar, **não conviver**. Soa duro e pesado tal afirmação. Mas é verdade. Pois, como acerquei a discussão aqui o tempo todo, não reconhecemos os saberes, nem estou agora falando de arte, como ciências: descartamos, até bem pouco tempo, o conhecimento, mesmo científico, produzido por pesquisadoras cientistas mulheres; desconsidera-se até hoje, na sua grande maioria, as ciências de culturas originárias – indígenas, pretas, entre outras; a ciência ainda é campo de dominação masculina, branca e para ricos. A ciência ainda é singular para não ser plural. A ciência literalmente vive e quer continuar vivendo, a universidade trabalha insistentemente nisso, sem a presença de qualquer Outro.

Pronto, a subserviência das subjetividades/alteridades diferentes colonial e das colonialidades – geohistoricamente – estabelecidas, continua em evidência na universidade porque esta baseia-se na lógica da competitividade ao invés da convivialidade. É Lattes, Capes, CNPq, Fundect, isso e aquilo que nos aniquila, cotidianamente enquanto corpo presente nas pesquisas: salvo as poucas vezes que conseguimos burlar os sistemas de pesquisas, o corpo está quase sempre fora das pesquisas porque este está, em vários outros contextos, preocupado em sobreviver ao invés de conviver. Walter D. Mignolo (2003, p. 30) já sugeriu que “os conhecimentos desses povos subjugados, os “saberes subalternos”, desqualificados na estrutura da colonialidade do poder, sejam recolocados dentro de um pensamento liminar, o que significa “pensar nas e a partir das margens [...] como uma futura ruptura epistemológica” (2003, p. 30) contra a episteme totalmente baseada na descorporeidade das pesquisas que se sustentam na ontologia epistêmica situada geográfico-historicamente alheia aos nossos corpos.

Pois, o pensamento liminar emerge das histórias locais, em oposição aos projetos globais, o que seria sem binarismos (*sub judice* ou permissivos) disseminados pelo mundo ocidental por um único viés (branco, masculino e rico, de fé cristã, por meio de línguas oficiais e usando da ciência cartesiana), situando-se, nosso pensamento como liminar, por isso mesmo, “nas fronteiras (interiores +/- exteriores) do sistema mundial colonial/moderno” (MIGNOLO, 2003, p. 126). O que já sugeri sendo um dentro *de* fora; um dentro *a partir de* fora. As pesquisas de sujeitos das diferenças não são inexistentes, todos e todas nós sabemos das suas existências. Mas faltam-lhes, nas universidades e museus, re-existências porque elas são acercadas de *práticas* acadêmico-disciplinares/disciplinadas/disciplinadoras *de genocídio, epistemicídio e silenciamento contra as etnias* que seriam indivíduos ocupantes desses lugares fronteira como sendo dentro, mas fora dela em relação à modernidade/colonialidade europeia/estadunidense ainda em pleno século XXI. Como apresentado na epígrafe:

Quando, nas propostas de tese se lê “meu objeto de estudo é X” e “meu método é Z”, sabemos que estamos em plena

colonialidade do saber. Mas, sem dúvida, é mais do que isto. A descolonialidade são os processos de busca de se estar no mundo e fazer nesse estar (kuscheanamente dito), desobedecendo àquilo que a retórica da modernidade e do desenvolvimento quer que sejamos e façamos (MIGNOLO *in* LORCA, 2014, p. 3).

Sendo assim, precisamos resituar a universidade (UNOversidade) para um lugar de pluri-versidade – de línguas, corpos, epistemes, saberes, ciências, artes, culturas, conhecimentos e igualmente de gêneros, raças, classes e, por que não, de fés e crenças – para modificarmos a relação entre quem manda e quem deve obedecer para passarmos a ser este lugar de convivência por meio das diferentes corpo-políticas e saberes *em* política ao invés de políticas de saberes. Precisamos desaprender para aprender a fazer-sendo, pois, na esteira de Zulma Palermo até a Europa o fez já, com ela ressalta,

antes do “descobrimento” a Europa era o extremo ocidental de outro centro de poder inter-regional que abrangia: a Índia, a Ásia e o Mediterrâneo Oriental, o qual por sua posição, em relação ao descobrimento da América, converte-se em um novo “centro do mundo”. A partir daí pois, é que se inclui a modernidade no âmbito do mítico, como uma invenção eurocêntrica de uma genealogia que se remonta à Grécia e à Roma (PALERMO, 2014, p. 24, tradução livre minha).²⁷

Porque então continuaremos a acreditar que porque somos nós a bola da vez é que não podemos nos descolonizar das amarras da modernidade/colonialidade? Saberes são plurais; conhecimentos são plurais. Assim como corpos, fés, gêneros, raças, classes, línguas são todos plurais. Logo, por que nos assombra uma única lógica de ciência? Talvez a resposta esteja na lógica de que até mesmo para se produzir outros conhecimentos diferentes dos europeus/estadunidenses, como propôs Walter Mignolo em outra situação, seja ainda mais difícil em locais periféricos em que as pessoas nas universidades não se veem como subalternizados/colonizados:

Pensar com seriedade, cientificamente, academicamente, pensar com rigor, significa escravizar-se, amarrar-se às correntes de categorias de pensamento e normas disciplinares que controlam o conhecimento por meio de artifícios mágicos, como a excelência e o conhecimento especializado. [...]. No entanto (caro leitor), devemos ter em mente que essa incapacidade não é um problema de deficiências pessoais, mas sim de sucesso imperial no gerenciamento da colonialidade do conhecimento. *Ou seja, levar-nos a aceitar que não há outras formas de pensamento, de teoria política ou de política econômica, de ontologia que não seja a do ser, de ciência que não seja a da história que nos levou de Copérnico a Guerra nas Estrelas e de Hipócrates à genômica.* Além disso, a ciência e a

²⁷ “antes del “descubrimiento” Europa era el extremo occidental de otro centro de poder interregional: India, Asia y el Mediterráneo oriental y sólo por la posición que le otorga la presencia de América se convierte en el nuevo “centro del mundo”. De allí que incluya a la modernidad en el ámbito de lo mítico, como una invención eurocéntrica de una genealogia que se remonta a Grecia y Roma [...]. (PALERMO, 2014, p. 24).

tecnologia carregam implicitamente sua própria ética e sua própria política. No momento, ambas estão ligadas ao mercado: mais descobertas científicas e mais tecnologia, diz-se, contribuem para o bem-estar da humanidade (MIGNOLO, 2006, p. 13-14, grifos do autor, tradução livre minha).²⁸

E, mais ainda,

Nós, *anthropos* (“os outros [e outras]”), que habitamos e pensamos nas fronteiras com uma consciência descolonial, agimos em processos de desprendimento, de re-existência; e para desprendermo-nos precisamos ser epistemologicamente desobedientes. Pagaremos o preço, pois os periódicos e as revistas, as disciplinas de ciências sociais e humanas (especialmente aquelas indexadas que funcionam como patrulhas de fronteira para manter os ilegais afastados), bem como as escolas profissionais, são territoriais. Em outras palavras, o pensamento fronteiriço é a condição necessária para o pensamento descolonial. E quando nós, *anthropos*, escrevemos em línguas ocidentais modernas e imperiais (espanhol, inglês, francês, alemão, português ou italiano), o fazemos com nossos corpos na fronteira (MIGNOLO, 2015, p. 180-181, tradução livre minha).²⁹

Pois, os pareceristas e editores ficam nas linhas de frentes das revistas e editoras, feitos guardas armados na fronteira entre México e Estados Unidos, ou em outras fronteiras mundo à fora entre “centros” e “periferias”, “ricos” e “pobres”, “universidade” e “senso comum” para impedir que conhecimentos vistos por esses como clandestinos, fronteiriços, menores, diversos da ciência moderna, opostos às lógicas exclusivistas deles, contrários, às vezes, para impedirem suas (nossas) passagens e avanços sobre seus territórios disciplinares modernos e/ou pós-modernos já decadentes.

²⁸ “Pensar en serio, científicamente, académicamente, pensar con rigor, significa auto-esclavizarse, atar-se a las cadenas de categorías de pensamiento y normas disciplinarias que controlan el saber mediante artificios mágicos como la excelencia y el conocimiento experto. [...]. Sin embargo (estimado lector) deberíamos tener en cuenta que tal incapacidad no es un problema de deficiencias personales sino más bien del éxito imperial en el manejo de la colonialidad del saber. Esto es, el de llevarnos a aceptar que no existen otras formas de pensamiento, de teoría política o de política económica, de ontología que la del ser, de ciencia que la de la historia que nos ha llevado desde Copérnico a la guerra de las galaxias y desde Hipócrates a la genómica. Y es más, que la ciencia y la tecnología llevan implícita su propia ética y su propia política. En este momento, ambas ligadas al mercado: mayores descubrimientos científicos y mayor tecnología, se dice, contribuyen al bienestar de la humanidad.” (MIGNOLO, 2006, p. 13-14).

²⁹ “Nosotros y nosotras, *anthropos* («los otros y las otras»), quienes habitamos y pensamos en las fronteras con conciencia descolonial, actuamos en procesos de desprendimiento, de re-existencia; y con el fin de desprendernos necesitamos ser epistemológicamente desobedientes. Pagaremos el precio, puesto que los periódicos y revistas, las disciplinas de las ciencias sociales y las humanidades (sobre todo aquellas indexadas que operan como patrullas en las fronteras para no dejar pasar a los ilegales), así como las escuelas profesionales, son territoriales. En otras palabras, el pensamiento fronterizo es la condición necesaria para pensar descolonialmente. Y cuando nosotros y nosotras, *anthropos*, escribimos en lenguas occidentales modernas e imperiales (español, inglés, francés, alemán, portugués o italiano), lo hacemos con nuestros cuerpos en la frontera.” (MIGNOLO, 2015, p. 180-181).

REFERÊNCIAS

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PENSAMENTO DESCOLONIZADO COMO RE-EXISTÊNCIA DE PASSADO NA ARTE: PENSAR-NÃO-SENDO EUROPEU.. In: **(Re)existências**: anais do 30º encontro nacional da ANPAP. Anais...João Pessoa(PB) ANPAP, 2021. Disponível em:

<<https://www.even3.com.br/anais/30ENANPAP2021/371014-PENSAMENTO-DESCOLONIZADO-COMO-RE-EXISTENCIA-DE-PASSADO-NA-ARTE--PENSAR-NAO-SENDO-EUROPEU>>. Acesso em: 21/10/2022 10:07.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PEDAGOGIAS da *diversalidade*. In: **Cadernos de estudos culturais** – Pedagogias Descoloniais, Campo Grande, MS, v. 1, jan./jun. 2019, p. 61-85. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9691>. Acesso em: 08 nov.. 2022.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio; NOLASCO, César. *Biogeografia – Descolonizar O Ser, Sentir E Saber Para A Transmissão Do Conhecimento nas Artes Visuais*. Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 26o, 2017, Campinas. **Anais do 26o Encontro da Anpap**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p.883-898. Disponível em:

http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/EAV/26encontro_BESSA-OLIVEIRA_Marcos_Ant%C3%B4nio_NOLASCO_C%C3%A9zar.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. “Fronteiras da transdisciplinaridade moderna”. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 15-31. (Humanitas).

LORCA, Javier. O controle dos corpos e dos saberes. Entrevista com Walter Mignolo. Tradução: André Langer. In: **Página/12**, 08 de setembro de 2014, p. 1-3. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533148ocontroladoscorposedossaberesentrevistacomwaltermignolo?tmpl=component&print=1&page=>. Acesso em: 02 out. 2022.

MIGNOLO, Walter, D.. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. **Revista Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu, PR. V.1, n.1, 2017, p. 12-32, 2017. Disponível em:

<https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em: 21 out. 2022.

MIGNOLO, Walter. D.. **Habitar la frontera**: Sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014). Francisco Carballo y Luis Alfonso Herrera Robles (Prólogo y selección). Primera edición en español. «La globalización de la indianización» / *Global Indianization* (2009, técnica y dimensiones variable). De Pedro Lasch. Edicions Bellaterra, S.L: Barcelona, Espanha, 2015.

MIGNOLO, Walter D.. Habitar los dos lados de la frontera/teorizar en el cuerpo de esa experiencia. **Revista IXCHEL**. Volúmen I, San José, Costa Rica, 2009, p. 1-22. Disponível em:

<http://www.revistaixchel.org/attachments/047_Habitar%20los%20dos%20lados%20art%20Walter%20Mignolo.doc%29.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

MIGNOLO, Walter. **Des-colonialidad del ser e del saber**: (videos indígenas e los límites coloniales de la izquierda) en Bolívia. Walter Mignolo; Nelson Maldonado-Torres; Freya Shiwuy. 1ª ed.. Buenos Aires: Del Signo, 2006.

MIGNOLO, Walter D.. “Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

MIGNOLO, Walter D.. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanitas).

NOLASCO, Edgar César. DESCOLONIZANDO A PESQUISA ACADÊMICA: uma teorização sem disciplinas. **Cadernos de Estudos Culturais** – Tendências Artísticas do Século XXI. Campo Grande, MS, v. 1, jan./jun. 2018, p. 9-21. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7725>. Acesso em: 30 out. 2022.

PALERMO, Zulma. **Para una pedagogia decolonial**. 1ª ed.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. (El desprendimiento / Walter Mignolo).

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paulo. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.

Autor–Coordenador do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.